

## **Reunião do GT CHSSA instituído pela Presidência do CNPq para a elaboração de uma Política de C&TI para as Ciências Humanas e Sociais.**

Local: Sede do CNPq – Brasília

Data: 05 de fevereiro de 2015

Participantes:

Ângela Cúnico, Carmen Rial (Coordenadora), Eduardo Morettin, Fernanda Sobral, José Gondra, José Ricardo, Luciano Mendes (Relator), Selma Leitão, Virgínia Pontual.

A reunião iniciou-se com a presença e apresentação de todos os membros do GT e, na abertura dos trabalhos, a profa. Carmen Rial relatou as iniciativas desenvolvidas pelo Fórum de CHSSA para a discussão da questão da ética na pesquisa e da articulação do fórum com a representação da Grande Área no CD do CNPq para o estabelecimento de uma discussão mais abrangente sobre as políticas de C&TI para a Grande Área dentro do CNPq. Informou, ainda, do apoio da Diretoria do CNPq para a realização do Simpósio sobre as CHS nas Políticas de C&TI Contemporâneas, realizado em agosto de 2014 na sede do CNPq, bem como à operacionalização dos encaminhamentos decididos no Simpósio, dentre os quais se pode destacar a criação da Diretoria da CHS no CNPq e a constituição do GT para propor a política de C&TI para a área.

Em seguida cada um dos participantes falou sobre as expectativas em relação ao trabalho do GT e ao documento a ser elaborado. Dessa discussão resultou, por um lado, a afirmação de que, apesar de considerar a direção do CNPq como nossa interlocutora privilegiada, não podemos deixar de considerar que o documento deve dialogar com os demais “sujeitos” que intervêm nas discussões e decisões sobre as políticas de C&TI, notadamente os CAs do CNPQ, a direção e as coordenações de área da CAPES, os Programas de Pós Graduação, a SBPC e a ABC e as instituições científicas representativas dos pesquisadores da área. Em relação a estas últimas, a ideia que é que o Fórum das CHS seja o interlocutor privilegiado. Por outro lado, definiu-se também que deveríamos elaborar um documento sucinto, abordando os aspectos estruturantes de uma Política de C&TI para as CHS, ou seja,

- A política de financiamento;
- A política de edição e divulgação científica;
- A ética na pesquisa;
- A política de formação de recursos humanos;
- A política de Internacionalização

Esta discussão deveria ter como resultado o estabelecimento de **temas prioritários** para futuros editais.

Estabeleceu-se, ainda, que na discussão de cada um destes aspectos, deveríamos levar em consideração os documentos balizadores das políticas de C&TI desenvolvidas no país, notadamente do PNE, o PNPG e as Estratégias Nacionais de C&TI. Além destes, será necessário que o documento, de **caráter afirmativo e propositivo**, dialogue com as políticas e ações desenvolvidas atualmente no âmbito do Sistema Nacional de C&TI, aí incluídas as FAPs, tais como as Plataformas do Conhecimento e o Programa Ciências Sem Fronteiras, e com as grandes tensões e críticas estabelecidas pela Grande Área com essas políticas.

Passamos, em seguida, à discussão de cada um dos aspectos estruturantes da Política de C&TI para as CHS, acima explicitados.

### **Sobre a ética na Pesquisa:**

Inicialmente a profa. Selma fez um relato de todo o trabalho do GT instituído no âmbito do CONEP para discutir a questão da ética na pesquisa na área de ciências humanas e sociais. Informou que depois de um ano de reuniões e de intenso trabalho, o GT encontrava-se, no momento, em um impasse sobre que caminhos tomar diante da posição intransigente da direção do CONEP sobre o caráter “complementar”, e não específico, da normativa proposta pelo GT em relação Resolução 466 do CNS. A profa. Selma defendeu, também, que é preciso uma maior interlocução com o MCTI, com o CNPq e com as FAPs a respeito deste assunto.

Após o informe, foi estabelecida uma posição unânime dos membros dos presentes de que o GT, no que diz respeito à ética na Pesquisa, deve endossar a posição dos representantes da Grande Área no GT da CONEP que trabalhou sobre o assunto. Pareceu também, aos membros do GT, que a regulação da ética na pesquisa com e sobre seres humanos deveria ser uma atribuição do MCTI ou do Ministério da Educação, não de qualquer outro órgão ou Ministério. Estabeleceu-se também que o GT deve desenvolver esforços para que essa discussão entre na pauta do CD do CNPq, inicialmente como forma aumentar o nível de informação dos Conselheiros sobre o assunto.

### **Sobre a política de edição e de divulgação**

Para os membros do GT é importante que o documento a ser elaborado precisa dialogar com as grandes tensões que marcam a questão neste momento no país, dentre as quais destacam-se a questão da indexação dos periódicos, o Qualis CAPES, a obrigatoriedade de publicação em língua inglesa, a avaliação dos livros e a internacionalização.

No que diz respeito especificamente aos Editais de apoio à edição de periódicos publicados pelo CNPq e pela CAPES, Ângela Cúnico explicou que a distribuição de recursos para as Grandes Áreas, no âmbito do Edital, é feita a partir da demanda bruta apresentada, não havendo, portanto, privilégio de nenhuma área em relação às outras. O que ocorre é que, além dos recursos serem poucos, a área de CHS os distribui para um número grande de revistas enquanto as demais, via de regra, concentra tais recursos nas revistas consideradas mais importantes.

Reafirmou-se a necessidade de intensificar o diálogo com as outras Grandes Áreas de modo a estabelecer mais nitidamente, para elas, a importância dos livros como forma de exposição e de divulgação do conhecimento nas áreas de CHS. A esse respeito, chamou-se a atenção, também, para a necessidade de uma maior discussão sobre o impacto, alguma vezes negativo, que os artigos, como modalidade ou gênero de divulgação do conhecimento, tem sobre a organização e realização das próprias pesquisas e que estes nem sempre são as melhores formas de expor e divulgar aquilo que produzimos.

Chamou-se a atenção para o fato de que este tema está intimamente ligado às políticas de internacionalização da ciência brasileira. No entanto, é preciso considerar, inicialmente, que os atuais indexadores internacionais utilizados pelas agências de fomento nacionais e internacionais não captam adequadamente o grau de internacionalização da pesquisa e das publicações da Grande Área. Por esse motivo, seria importante se o documento de política produzido pelo GT chamasse a atenção para a necessidade de incorporação de novos indexadores, mais pertinentes às nossas áreas, tanto na constituição dos índices de internacionalização das publicações quanto nos editais de apoio à edição de periódicos.

Finalmente, chamou-se atenção, por um lado, para o fato de que em nossas áreas nossas publicações, em seus vários gêneros, têm como interlocutores e público alvo os profissionais que se dedicam às políticas públicas, aspecto a ser destacado no documento final a ser elaborado pelo GT. Por outro lado, no que diz respeito especificamente à internacionalização dos conhecimentos produzidos em CHS no Brasil, é preciso considerar que essa depende fortemente da internacionalização das pesquisas desenvolvidas no país e que, por sua vez, essa depende de uma sólida e permanente política de financiamento e de formação e não da edição esporádica de editais.

## **Sobre a política de financiamento**

Inicialmente, vimos que apesar da importância numérica e estratégica das CHS na comunidade científica e no sistema de C&TI brasileiros, praticamente não aparece menção às mesmas nos documentos que organizam o sistema e estabelecem as prioridades de financiamento da pesquisa no Brasil. Isso se deve, talvez, tanto pela baixa importância reconhecida pelas demais áreas à pesquisa em CHS quanto pela baixa participação das CHS nos fóruns nacionais de que tais documentos resultaram, tais como a IV CNCTI, reuniões anuais da SBPC e outros.

É preciso considerar, no entanto, que os marcos regulatórios do sistema nacional de C&TI advogam íntima relação entre as política de C&TI e as demais políticas públicas, inclusive como forma de elevar a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Este é um aspecto que nosso documento deve explorar no sentido propositivo, pois esta é uma dimensão em que temos uma larga tradição.

Há uma enfática e persistente indicação, em todos os documentos, sobre importância da relação das políticas de C&TI com as políticas de educação. No entanto, em muito deles enfatiza-se muito a divulgação científica por meio de museus e centros de ciências e a educação básica é quase sempre reduzida ao “ensino de ciências”, reconhecidas estas como sendo a matemática, física, biologia e química. É preciso que o documento do GT explicita um outro enfoque para a questão, incorporando todas as áreas abrangidas pelas CHS e o conjunto da educação básica, e não apenas o ensino médio, e, inclusive, proponha diretrizes a serem negociadas com a CAPES no que diz respeito ao financiamento da pesquisa e da formação de recursos humanos para a educação básica, notadamente os mestrados profissionais. Da mesma forma, o patrimônio cultural e a comunicação muitas vezes é entendida apenas como forma de divulgação do conhecimento científico, dimensão importante, sem dúvida, mas que restringe o alcance destes campos para a formulação de uma política científica.

Aspecto importante a ser estabelecido no documento diz respeito ao Programa Ciências Sem Fronteiras. Trata-se de defender um tratamento igual para a nossa área em termos de financiamento para internacionalização das CHSSA e de formação de recursos humanos e, assim, reconhecer a importância da contribuição das CHSSA ao desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e cultural brasileiro. As respostas a tais necessidades, na forma de uma política tal qual a que será proposta pelo GT, certamente terá muito pontos de contato com o Programa Ciências Sem Fronteiras e, por isso, a defesa enfática de que as CHS sejam definitivamente incorporadas a essa Programa.

Ainda a respeito do Programa CSF é preciso considerar, do nosso ponto de vista, que o mesmo deve ser caracterizado, em sua maior parte, sobretudo no que se refere ao financiamento de bolsas de estudos para a graduação, como um Programa de

Formação de RH e, como tal, deve ser custeado com verbas do Tesouro alocadas na CAPES e demais agências de formação e não com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (FNDCT). A drenagem de recursos do FNDCT para o CSF não apenas contraria as promessas iniciais do governo quanto ao seu financiamento, mas também, e sobretudo, conforme já denunciado pela SBPC, pela ABE e pelo próprio CD do CNPq, está inviabilizando as políticas de C&TI no país.

### **Sobre a política de internacionalização das CHS**

Houve um consenso entre os membros do GT de que a questão da internacionalização é um dos eixos transversais da política de C&TI para as CHS que queremos estabelecer. Ele se relaciona simultaneamente a todos os outros.

Conforme já se disse acima, é preciso considerar, inicialmente, que os atuais indexadores internacionais utilizados pelas agências de fomento nacionais e internacionais não captam adequadamente o grau de internacionalização da pesquisa e das publicações da Grande Área. Do mesmo modo, no que diz respeito especificamente à internacionalização dos conhecimentos produzidos em CHSSA no Brasil, reiteramos, é preciso considerar que essa depende fortemente da internacionalização das pesquisas desenvolvidas no país e, por sua vez, essa depende de uma sólida e permanente política de financiamento e de formação e não da edição esporádica de editais.

Assim, além de advogar nossa inserção no CSF, é preciso que estabeleçamos a necessidade do aumento de recursos destinados aos Programas de Cooperação Internacional do quais participamos tradicionalmente. Do mesmo modo, entre as diretrizes da política a ser estabelecida, é preciso assumir que, por necessidades científicas e geopolíticas, as parcerias sul-sul são de fundamental importância para as CHS brasileiras, razão pela qual a América Latina e a África devem assumir posição estratégica em nossa cooperação internacional.

Finalmente, caberá ao documento a ser elaborado que a sustentabilidade e a solidez de uma política não estão calcadas apenas na ida de alunos e pesquisadores para fora do país, seja em missão de estudos ou de pesquisa, mas na capacidade de atrair também alunos de nossas universidades parceiras e seus pesquisadores para estudarem e pesquisarem no Brasil. Para avançarmos nessa direção é preciso a atuação conjunta e coordenada de todo o sistema de C&TI, aí incluídos de forma marcante nossas universidades e nossos programas de pós-graduação.

### **Sobre a política de formação**

A sustentabilidade de qualquer política de C&TI, aí incluída as políticas para as CHS, está a depender da política de formação de novos pesquisadores e de cidadãos que dialoguem densa e criticamente com a própria ciência e seus inúmeros impactos na vida social. Deriva-se daí que uma política de CHS deve estabelecer as diretrizes da relação dos pesquisadores e programas de pós-graduação com a educação básica e, por outro lado, estabelecer as necessidades de formação de novos quadros de pesquisadores e técnicos para nossas áreas e para o conjunto do sistema de C&TI.

Em relação à escola básica, como já se disse acima, há uma muito enfática e persistente indicação, em todos os documentos, sobre importância da relação das políticas de C&TI com as políticas de educação. No entanto, em muitos deles enfatiza-se muito a divulgação científica por meio de museus e centros de ciências e a educação básica é quase sempre reduzida ao “ensino de ciências”, reconhecidas estas como sendo a matemática, física, biologia e química. É preciso que o documento do GT explicitamente um outro enfoque para a questão, incorporando todas as áreas abrangidas pelas CHS e o conjunto da educação básica, e não apenas o ensino médio, e, inclusive, proponha diretrizes a serem negociadas com a CAPES no que diz respeito ao financiamento da pesquisa e da formação de recursos humanos para a educação básica, notadamente os mestrados profissionais.

No que diz respeito à formação de novos pesquisadores, é preciso que o documento trate da necessidade de que o CNPq aumente os recursos destinados às bolsas de mestrado e de doutorado das CHS. Ainda nesta dimensão, seria importante focar, também, a necessidade de ampliação dos programas de cooperação e formação internos ao país, segundo o modelo do Casadinho/Procad.

Papel importante podem vir a cumprir, também, os cursos de Graduação e os Programas de Pós-Graduação das CHS para a produção de conhecimento e para a formação de gestores e técnicos para atuarem no sistema nacional de C&TI. Este é um desafio que se coloca hoje para o complexo sistema brasileiro de C&TI e sobre o qual as áreas de CHS podem dar uma substantiva e diferenciada contribuição. Portanto, este é um aspecto que deverá constar do documento a ser elaborado pelo GT.

### **Estrutura do documento final e responsabilidades:**

Sem prejuízo a mudanças posteriores, estabelecemos que o documento final terá a estrutura abaixo:

**Preâmbulo** – Luciano Mendes

**Ética na pesquisa** – Selma Leitão e José Ricardo

**Política de Financiamento** – Fernanda Sobral, Ângela Cúnico

**Política de Edição e divulgação** – Carmen Rial, Eduardo Morettin e Virgínia Pontual

**Política de Formação** – José Gondra e Luciano Mendes

**Política de Internacionalização** – aparecerá no preâmbulo em todos os demais tópicos em que for pertinente

### **Informações sobre a criação da Diretoria de Ciências Humanas e Sociais do CNPq**

A convite de Angela Cúnico, o Sr. Claudio Valério, Chefe de Gabinete da Presidência do CNPq, compareceu à reunião do GT para informar sobre os trâmites para a criação da Diretoria de Educação, Ciências Humanas e Sociais do CNPq (DEHS). Segundo ele, o processo, no CNPq, está praticamente finalizado. Foi feito o detalhamento e a justificativa da proposta a qual, em seguida, será enviado ao MCTI para análise e aprovação. Em seguida, ela deve ser encaminhada ao Ministério do Planejamento e Gestão; posteriormente, a proposta ainda deve ser analisada pela Casa Civil, antes de ser enviado à Presidência da República para assinatura e publicação. Segundo o Sr. Claudio todo esse processo deve demorar mais ou menos 6 meses. Perguntado se o GT poderia fazer alguma coisa para colaborar com a tramitação e aprovação da proposta ele respondeu que seria bom a realização de uma reunião com o Secretário Executivo do MCTI e, se possível, com o Ministro, para explicar para eles a pertinência e relevância da criação da nova Diretoria. Disse, ainda, que a Chefia de Gabinete e a própria Presidência do CNPq estariam disponíveis para marcar a reunião com o Secretário e/ou com o Ministro caso fosse necessário. Disse, finalmente, que seria importante que o Presidente do CNPq acompanhasse os pesquisadores na reunião com o Secretário do MCTI ou com o Ministro.

### **Agradecimentos:**

Os participantes do GT agradecem à Ângela Cúnico pela disponibilidade demonstrada ao longo de todo o período de preparação da reunião, e no decorrer da mesma, para tornar o trabalho mais produtivo e, dentro do possível, menos penoso; à Direção do CNPq pelo apoio à realização das atividades do GT; ao Sr. Cláudio Valério pelas informações sobre os trâmites da criação da Diretoria de Ciências Humanas e Sociais do CNPq; e, finalmente, ao Fórum das Ciências Humanas e Sociais pelo apoio, pela divulgação das informações sobre os trabalhos do GT e pela colaboração na elaboração do documento final.